

CNPJ: 07.993.439/0001-01 - CGF: 06.920.320-2

MENSAGEM Nº. 04/12

De 02 de Janeiro de 2012.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Tenho a honra de submeter à apreciação de V. Exa., Projeto de Lei, que tem por objetivo dispor sobre a Criação da Taxa de Vigilância Sanitária.

A promoção da Saúde, bem como a educação em saúde, representa uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas que afetam as populações humanas. Neste sentido, considera-se que os serviços de saúde devem atuar com programas abrangentes de promoção da saúde, o que inclui informação, educação e comunicação massivas e de qualidade, assim como a mobilização do esforço intersetorial no enfrentamento de problemas que têm origem fora do contexto exclusivamente biológico e individual.

Certo de que o elevado espírito de Vossa Excelência e deus pares respaldará a correta decisão legislativa, reiteramos, na oportunidade, protestos de elevada estima e apreço.

Paulo César Evangelista

Prefeito Municipal

REJELTADO PELA CQMISSÃO DE

03

PRESIDENTE

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Nova Russas Francisco José de Sousa Diogo

AMARA MUNICIPAL DE NOVARUSSAS CE

Recebido pm. 23

Funcionária: Raquel Torres



CNPJ: 07.993.439/0001- 01 - CGF: 06.920.320-2

PROJETO DE LEI Nº. 004/2012, DE 02 DE JANERO DE 2012.

Dispõe sobre a Criação da Taxa de Vigilância Sanitária.

O Prefeito Municipal de Nova Russas, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, submete à deliberação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica criada a Taxa de Vigilância Sanitária, tendo como fatos geradores as atividades do Serviço de Vigilância Sanitária no território do Município de Nova Russas.

Art. 2º - O contribuinte da Taxa de Vigilância Sanitária é a pessoa física ou jurídica que exerça atividades sujeitas às atividades do Serviço de Vigilância Sanitária do Município de Nova Russas.

Art. 3º - A Taxa de Vigilância Sanitária será recolhida pelo contribuinte aos cofres municipais por meio de guia fornecida pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Controladoria (Setor Tributário), sendo os recursos creditados ao Fundo Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º - Os valores recolhidos, mencionados no artigo anterior, serão destinados ao custeio e à manutenção da estrutura do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

Art. 5º - A Taxa de Vigilância Sanitária deverá ser paga, anualmente, com base na tabela de valores de alvará.

Art. 6º - As atividades sujeitas à vigilância sanitária são aquelas relativas a:

 I – drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde;

II – sangue, hemocomponentes e hemoderivados;



CNPJ: 07.993.439/0001-01 - CGF: 06.920.320-2

III - produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e saneantes domissanitários;

IV – alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos;

V – produtos tóxicos e radioativos;

VI – estabelecimentos de saúde, de interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada; e

VII – outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que possam provocar danos à saúde.

Art. 7º - A Taxa de Vigilância Sanitária será remunerada de acordo com a Tabela constante do Anexo I, parte integrante da presente Lei.

§ 1º - São isentos da Taxa de Vigilância Sanitária:

I – órgãos da Administração Direta, Autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo
Poder Público; e

II – Associações, Fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópica, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais.

§ 2º - A isenção da Taxa de Vigilância Sanitária não dispensa a obrigatoriedade do cumprimento das exigências contidas nas normas legais e regulamentares.

Art. 8° - O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal José de Sousa Alves, 02 de Janeiro de 2012.

Paulo César Evangelista Prefeito Municipal



CNPJ: 07.993.439/0001-01 - CGF: 06.920.320-2

ANEXO I TABELA DE VALORES DE ALVARÁ

Tipo de Estabelecimento	m²	Valor (R\$)
Estabelecimentos de Saúde em Geral	1	4,40
Farmácias, farmácias de manipulação, postos de medicamentos e/ou drogarias em geral.	1	3,30
Comércio de cosméticos, saneantes, perfumes, produtos de higiene e domissanitários	1	2,20
Estabelecimentos educacionais em geral	1	0,20
Prestação de serviços de beleza em geral	1	2,20
Comércio de alimentos, comércio que manipulam alimentos e comércio varejista de mercadoria em geral.	1	1,60
Depósitos de produtos em geral	1	0,80
Empresa de transportes de produtos em geral	1	0,80
Distribuidoras de produtos em geral	1	0,80
Óticas	1	4,40
Academias em geral	1	0,80
Hotéis, motéis e congêneres	1	0,40
Abatedouros, matadouros e frigoríficos	1	2,20
Indústrias em geral.	1	0,80
Outros estabelecimentos	1	2,20

